



## O Brasil numa utopia feminista eugênica

### *Brazil in an eugenic feminist utopia*

#### Dossiê

Luíza Simões de Oliveira\*

ORCID: 0000-0003-1181-5208

E-mail: luiza\_oliveira123@hotmail.com

Recebido: 17/04/2022

Aprovado: 28/04/2022

#### Resumo:

*Sua Excia. a Presidente da República do anno 2500*, de Adalzira Bittencourt, publicado em 1929, conta como o triunfo do feminismo possibilitou o desenvolvimento da super-raça brasileira. O livro é um reflexo do período ao qual fez parte: o modernismo verde-amarelado e sua busca pela definição e reafirmação de uma identidade nacional. No caso de Bittencourt, os agentes dessa modernização eram as mulheres da elite intelectual brasileira, que reivindicaram e construíram seu espaço na política brasileira ambicionando transformar o Brasil na sociedade perfeita retratada na obra. Se por um lado a utopia de Bittencourt traz reivindicações e avanços trabalhistas, científicos e feministas ainda atuais, por outro é carregada de políticas eugenistas, sexistas e xenofóbicas que reafirmam o conservadorismo excludente de uma elite da época. Toda a obra encaixa-se bem nas reivindicações de nacionalismo, brasilidade, modernidade e feminismo da época; sempre, porém, baseado na superioridade eugênica. Bittencourt cria um universo utópico que viola indiscriminadamente os direitos humanos em prol da criação de uma sociedade física, moral, intelectual e racialmente perfeita.

#### Palavras-chave:

Feminismo. Eugenia. Utopia. Escritora brasileira.

#### Abstract:

*Your Honor The President of the Republic of the Year 2500*, by Adalzira Bittencourt, published in 1929, tells how the triumph of feminism enabled the development of the Brazilian super-race. The book is a reflection of the period it was part of: the green-yellow modernism and its search for the definition and reaffirmation of a national identity. In Bittencourt's case, the agents of this modernization were the women of the Brazilian intellectual elite, who claimed and built their space in Brazilian politics, aiming to transform Brazil into the perfect society portrayed in the work. If, on the one hand, Bittencourt's utopia brings labor, scientific and feminist demands and advances that are still current, on the other hand it is loaded with eugenic, sexist and xenophobic policies that reaffirm the exclusionary conservatism of an elite at the time. The entire work fits well with the demands of nationalism, Brazilianness, modernity and feminism of early 20th century; always, however, based on eugenic

---

\* Mestranda em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

superiority. Bittencourt creates a utopian universe that indiscriminately violates human rights in favor of creating a physical, moral, intellectual and racially perfect society.

### Keywords:

Feminism. Eugenia. Utopia. Brazilian writer.

*... cada leitor intérprete este  
livro como entender.  
É romance? É fantasia? É crítica?  
É obra de ficção, ou pedagógica?  
Que sei eu...  
Que ele seja esquisito manjar  
e que cada leitor encontre nele  
um bocado de seu sabor...  
A.  
Bittencourt (1996, p. 159)*

Bittencourt abre seu livro dando ao leitor a liberdade de lê-lo como achar melhor. Tira de si a autoridade de definir o gênero o próprio livro, esperando apenas que o leitor sinta estranhamento quanto a seu conteúdo, consciente de que o que apresenta ali está muito além do esperado para o tema naquela época. O Brasil de Adalzir Bittencourt prosperou pela ação de mulheres e, segundo seu imaginário, só assim poderia prosperar. A eugenia feminista deu certo de forma intensa, severa e fantasiosa.

Vejo o texto de Bittencourt como um devaneio pessoal sobre a vitória e ascensão da eugenia e do feminismo no Brasil. Nascida em 1904, ela escrevia desde nova e já em 1919 publicou o primeiro livro de poemas — gênero que seguiu produzindo durante sua vida. *Sua Excia. A Presidente da República de 2500* foi publicado em 1929, e é incerto quanto a que gênero pertence; a própria autora deixa aberta ao leitor a decisão do que considerá-lo, como na epígrafe citada. Num primeiro momento considerarei o livro um romance panfletário feminista; romance pela narrativa pessoal e emocional presente no desfecho do livro, fechamento de uma sequência de rápidas narrativas pessoais da personagem; panfletário pelo forte caráter metodológico, político e ativista dos problemas políticos, sociais e econômicos enfrentados pelo país, tratados com aparente autoridade, visto que a autora já era bacharel em Direito e, anos depois, foi membro de diferentes comissões de Getúlio Vargas; e feminista por se declarar assim e pela constante defesa da importância e capacidade de mulheres na reconfiguração de uma nação.

A constante referência a figuras públicas contemporâneas a Bittencourt<sup>1</sup> dificulta ver seu Brasil futurista cuidadosamente descrito na obra como destacado do Brasil ‘real’. Em outras palavras, é preciso separar o Brasil de Bittencourt — de 1926 a 2500, que é o período que a obra retrata — do Brasil vivenciado pela autora, considerando então, na análise, os nomes e relações sociais que a obra carrega em si. Esse mapeamento é particularmente difícil pelos escassos registros de atuação militante e política de Bittencourt, mas assumirei que as preocupações políticas, econômicas e feministas trazidas no texto correspondem aos ditos da elite intelectual da época tanto quanto parecem ignorar completamente as falas de certos grupos que se mostravam desconfortáveis ou opostos à eugenia apresentada por Bittencourt em seu texto. Há uma seletividade

---

1. Na republicação da obra organizada por Quilan e Sharpe, há um cuidadoso mapeamento dos nomes que Bittencourt cita no decorrer do livro, identificando as pessoas citadas e localizando-as histórica e politicamente.

de temas e um apagamento de desacordos contemporâneos à autora. A falta de conflitos fora do binário de gênero homem-mulher — como classe, raça e sexualidade — deixa um vazio desconfortável no decorrer da leitura.

Pretendo, neste artigo, pôr no papel minhas primeiras reflexões quanto a *Sua Excia. A Presidente da República no anno 2500* como obra eugenista feminista e como ela repercute ou contraria o discurso eugenista, feminista e/ou negro da época em que foi escrito. Para tal, me baseio em outros artigos sobre eugenia, raça, feminismo e pensamento intelectual negro brasileiro do século XX. É importante frisar que este texto é referente ao início de uma pesquisa que exigiu leituras e reflexões sobre a construção da identidade brasileira, mostrando ligações com mais grupos e movimentos do que, no momento, pude entrar em contato de forma satisfatória.

Além das limitações teóricas para a análise, há também limitações de contato com a obra. Publicado em 1929, não consegui encontrar nenhuma edição da época, dispondo tão somente de um PDF do texto retirado do livro *Visões do Passado, Previsões do Futuro: Duas Modernistas Esquecidas* (QUINLAN; SHARPE, 1996), que reúne o romance de Adalzira Bittencourt e uma novela e um ensaio de Ercília Nogueira Cobra, feminista anarquista contemporânea a Bittencourt. O livro em si, porém, não foi encontrado; consta como indisponível nas livrarias procuradas e não consegui contato com a editora responsável pela publicação, que é hoje pertencente a outro grupo editorial.<sup>2</sup> Além disso, em decorrência da pandemia de Covid-19 de 2020–21, não consegui acessar esse ou outros textos de Bittencourt em bibliotecas universitárias.

O livro organizado por Quinlan e Sharpe (1996) traz também, ao final da obra de Bittencourt, diversos e breves comentários de sujeitos contemporâneos à Bittencourt, incluindo Monteiro Lobato, que admirou a *audácia* da *menina*. Seguem-se 73 notas de rodapé de autoria das organizadoras do volume, comentando diversos aspectos culturais e históricos que conseguiram identificar na obra.

Este artigo será então dividido em duas partes: a primeira sendo uma revisão — talvez até um resumo — da obra seguindo a linearidade do texto; tentarei nessa parte carregar o tom heroico da narrativa de Bittencourt, apresentando os fatos com o mesmo nível de positividade ou negatividade com que aparecem. A segunda parte é uma análise a partir dessa revisão, refletindo certos aspectos literários, sociais e políticos da obra, fazendo uma intersecção com outros textos críticos. Pelas limitações típicas de um artigo científico, limitar-me-ei aqui a tratar de quatro temas: feminismo, raça, eugenia e políticas reprodutivas.

## 1 A Obra

*Meninas: É preciso educar nossos filhos na escola dos nossos antepassados porque a dos maridos de hoje está em decadência proporcional à moral do século.*

*A culpa é só do homem.*

*É preciso que a mulher se desdobre em atividades para poder com os seus próprios recursos indireitar a sociedade corrompida pelo homem. A política corrompida pelo homem.*

*Os governos corrompidos. A vida corrompida...*

*Bittencourt (1996, p. 177)*

O livro narra como o agenciamento político de mulheres transformou o Brasil na maior potência mundial, temida e invejada, incompreensível em sua grandeza e orgulhosa de sua raça.

---

2. Informação recebida de um livreiro porto-alegrense.

Ele começa descrevendo como é o brasileiro no ano de 2.500, com sua estatura, cultura, moral e intelecto elevados. O pico do desenvolvimento humano só podia ser encontrado ali, no principal exportador do mundo, no novo exemplo de desenvolvimento racial e científico, que chegara ao ponto de ter a medicina desvalorizada porque todos eram perfeitamente saudáveis. “Esse era o Brasil de 2.500, governado pela primeira vez por uma mulher” (BITTENCOURT, 1996, p. 161).

Antes disso, o brasileiro de 1990 era ainda como o de 1930: fraco, feio, pobre, espalhafatoso, analfabeto, inculto e diminuído pelo sangue negro que tinha nas veias — fosse pouco ou muito. Os representantes políticos, irresponsáveis e corruptos, cooperavam para que o país permanecesse na constante crise e desvalorização, como era conhecido pelo mundo. As mulheres que tentavam se eleger eram vaiadas e diminuídas, seus projetos rejeitados, e a luta para que o Brasil prosperasse foi lenta: “Boa era a semente lançada em terra má. Boas eram as mãos que semearam. Custou anos de luta e espera. O feminismo venceu” (BITTENCOURT, 1996, p. 163).

Uma médica parlamentar criou um projeto, logo aprovado, que delimitou que todo leproso fosse submetido à eutanásia; seu próprio filho o foi, depois de ser infectado.<sup>3</sup> O progresso do Brasil era mais importante do que sentimentos pessoais, e isso mostrou-se caro a muitas das grandes mulheres que possibilitaram esse avanço. Como resultado, meio século depois já não existia o mal de Hansen no Brasil, confirmando que o sacrifício de tantos cidadãos fez do país um lugar melhor, pouco a pouco. Seguindo essa linha de pensamento, cemitérios foram extintos, o divórcio<sup>4</sup> tornou-se realidade, e a mendicância desapareceu.

Não demorou para que a infância fosse alvo de preocupação do Estado, o qual, consciente da ignorância das mães brasileiras, construiu uma estrutura pública para o bem das crianças. Era mandatório, agora, o acompanhamento médico antes, durante e depois do parto; todas as cidades, vilas ou povoados tinham um “Centro de Saúde e Higiene” com profissionais capacitados para garantir a saúde da população, principalmente de sua prole; todo recém-nascido devia ser registrado e examinado por profissionais competentes e, no caso de não ser fisicamente perfeito, estudado e exterminado; crianças perfeitas deviam ser regularmente examinadas por médicos; a mãe que escondesse um filho aleijado seria executada com ele; pais que não cumprissem com o exigido pela lei estariam sujeitos à multa e perda da guarda de seus filhos; crianças entre 3 e 15 anos pertenciam ao Estado e passariam a viver na “Casa Nacional da Criança”, onde teriam acesso à educação, acompanhamento médico e melhoria física através de exercícios.

Os concursos eugênicos, que elegiam as crianças e adultos de maior estirpe racial, premiaram e tornaram-se sensação no país, e o engavetado projeto de exames pré-nupciais foi executado com maestria por uma estudiosa. A partir dali nenhum casal entraria em matrimônio ou teria filhos sem o exame minucioso de um grupo de médicos governamentais; os exames delimitavam a saúde e integridade física do par, e caso um dos noivos tivesse predisposição a alguma doença incapacitante, seria tratado e esterilizado, impedindo assim que o brasileiro ou seus filhos fossem fracos e doentes: “O que seria o filho de um tuberculoso? De um fraco? O Brasileiro é que não seria. Os noivos esterilizados não deixavam descendentes tarados” (BITTENCOURT, 1996, p. 169).

Era necessário repensar a agricultura e a indústria, indo contra a desproporção entre terra, produção e importação. Não fazia sentido o Brasil, com sua terra vasta e fértil, comprar alimentos de outros países. Um grupo de mulheres, lideradas por uma jovem com o dom da adivinhação,

---

3. Esse trecho do livro é particularmente confuso; a médica-legisladora responsável por esse projeto foi assassinada no dia em que o projeto virou lei. Pouco depois, porém, ela aparentemente reaparece com um novo projeto.

4. No Brasil real, a lei do divórcio só se tornou realidade em 1977; não há uma data de quando a lei foi aprovada no Brasil de Bittencourt.

caminhou como apóstolos pelo país, comprometidas na missão de espalhar às mães do Brasil a importância de suas vozes. Toda mãe, consciente de sua responsabilidade única e fatal enquanto tal, passou a sussurrar nos ouvidos dos filhos, uma prece: “O Brasil é grande. O Brasil é nosso! É preciso que cada brasileiro plante durante a vida mil árvores, sendo uma diferente da outra, ou que fabrique um objeto, aperfeiçoando-o dia a dia, a fim de conseguir a suprema felicidade nesta e na outra vida (BITTENCOURT, 1996, p. 171)”.

Tal qual faziam nos tempos antigos — e aqui ela se refere aos anos de 1920 a 1940 — quando se esforçavam para comercializar o melhor café em uma monocultura perigosa, assim seria feito com todos os produtos brasileiros. Tal como os fazendeiros priorizavam a seleção do melhor animal e da melhor alimentação para o animal, assim seria feito com o brasileiro. Não tardou para que o Brasil fosse um dos maiores exportadores do mundo.<sup>5</sup> A indústria, a economia e os brasileiros prosperaram graças à prece materna. Foram as mães as responsáveis pela reforma e pelo esplendor do caráter brasileiro: “Se os médicos pediatras muito fizeram e muito fazem para conseguir um físico superior para o brasileiro, a mulher-mãe, educada superiormente, aperfeiçoou no filho a alma e o talento” (BITTENCOURT, 1996, p. 172).

Com a emergência de novas e melhores crianças brasileiras, os homens anti-feministas olharam diferentemente para a atuação feminina na política. Os homens que atrasavam o país com seus projetos de lei tolos, que pouco faziam e muito reclamavam, que se negavam a aceitar que o lugar da mulher era muito além do lar e que brigaram para mantê-las subjugadas à casa, passaram a elogiar, admirar e seguir a competência da política feminista.

A educação foi modernizada e a criança agora era obrigada a decorar, tornando sua memória perfeita. Aos três anos ela começava a estudar, e “um brasileirinho da fase do ginásio, passava lá fora por um matemático consumado” (BITTENCOURT, 1996, p. 173). O Brasil passou a assombrar o mundo com seus gênios, inúmeros em cada geração, superiores a tudo o que já se viu.

Além do exame pré-nupcial, o casamento só podia acontecer se a noiva tivesse completado o curso de “Escola das Mães”, em que, durante um ano, e comumente chegando a dois ou três, as noivas instruíam-se quanto a sua missão na sociedade, no lar e na política. Aprendiam a importância do ser mulher e o magistral significado de ser mãe, a mais bela missão de uma mulher.

Era função da mãe ensinar à criança a importância da higiene do corpo e, sobretudo, do espírito. Estudavam as mais modernas técnicas para criar um brasileirinho saudável e promissor, tal qual o brasileiro devia ser, e ouviam que, nos tempos antigos, a mulher-mãe, de poucos filhos e que deixava a prole ser amamentada “por uma mercenária estrangeira ou não, de sangue diverso, de natureza diferente” (BITTENCOURT, 1996, p. 175), envelhecia rápido e feiamente justamente por se recusar a cumprir decentemente sua principal vocação, preferindo deixar os filhos e aproveitar as superficialidades do cotidiano.

O feminismo, o nosso verdadeiro feminismo, é esse. Feminismo brasileiro. Não feminismo importado. Feminismo latino. É colocar a mulher no seu lugar. Levar-lhe aí os seus direitos, pois que ela deve intervir positivamente nos assuntos políticos, nas finanças, nos negócios, a fim de garantir com mais eficiência o esteio forte da família e do lar. Ela sabe ensinar aos filhos o caminho reto do dever, a aplicação de patrimônios, a honestidade e a justiça... (BITTENCOURT, 1996, p. 176).

---

5. Em pouquíssimos momentos Bittencourt data os acontecimentos. Sua linha cronológica é confusa e não sabemos ao certo quando certos eventos aconteceram.

Garantir a eficiência do lar e da família seria também garantir que se sabe lidar com o marido, entendendo como são os homens. Em um registro da “Escola das Noivas” discutem-se a fragilidade do homem, um ser carente que sente falta dos carinhos da mãe, e sua decadência moral. Aprende-se que é dever da mulher estar consciente da falha dos homens, principalmente de seus maridos, e não permitir que eles lhe neguem a maternidade ou o foco no lar. É da esposa a obrigação de manter o marido em seu lugar de honra, porque, ao sentir-se sozinho, frustrado, privado de seus afetos e desejos, ele vai atrás de outras mulheres. A felicidade conjugal, aprendem, é dependente e baseada na completa e cega confiança e cuidado da mulher por seu marido.

O cuidado com as crianças, principal responsabilidade da mulher, é ainda mais minucioso. Deve ser constantemente analisado, revisto e aperfeiçoado. A mãe é uma pesquisadora, atualizada nas mais avançadas teorias sobre a criação de crianças e com percepção aguçada sobre o que fazer ou não fazer. Há indicações sobre a importância da sinceridade, da rotina, do catolicismo e do controle que as mães devem ter sobre as situações experimentadas pela prole. É responsabilidade da mãe evitar os maus costumes brasileiros, responsáveis por criar o “leproso moral” (BITTENCOURT, 1996, p. 180).

As longas e detalhadas lições são ouvidas pelas alunas com um desconforto que logo vira compreensão: são os erros delas, entendem, que condenam o país; igualmente, são esforços delas que fazem do Brasil a grande nação que é e que deve continuar a ser.

A então presidente da República, Mariângela, já em sua primeira aparição, prova-se preocupada com a arte brasileira. O país que governa é primorosamente bonito; seus pontos turísticos naturais — como o Corcovado — e criados por humanos — como as favelas — são adornados pelas obras de arte do maior e mais disputado artista do mundo, o brasileiro Jorge, seu confidente e amor.

A arquitetura do país é sempre atualizada e bem cuidada; o trato das residências e de prédios comerciais é cuidadosamente monitorado, incentivado e exigido pelo governo. Todo o espaço é bem aproveitado, com arranha-céus e vias subterrâneas, e os pedestres, dos mais pobres aos mais ricos, podem facilmente locomover-se, voando com pequenos aparelhos que cabem em suas bolsas — boa parte do transporte humano, de fato, é feito com veículos aéreos. Os desastres de trânsito, aéreos ou não, já não existem. O principal transporte terrestre é o trem, e é comum que veículos aéreos tenham tal conforto e dimensão que se tornam casas, até hotéis de luxo; os que vivem e trabalham em lugares diversos, para não perderem muito tempo com locomoção, têm encantadoras casas móveis. O brasileiro não era mais limitado a viver, divertir-se ou tratar-se em terra: tem agora também os céus e os mares.

A eletricidade, dominada em mais de uma forma há séculos, é gratuita e também usada como combustível para o que fosse necessário: o lixo é cremado domesticamente com eletricidade, a casa é limpa com eletricidade, um engenhoso ralo com grande poder de sucção, ao qual nem as teias de aranha mais escondidas resistem; as ruas, de forma semelhante, são lavadas com escovas elétricas; todo o ar é limpo e tratado contra corpos nocivos à saúde humana a partir da eletricidade; a higiene e bem estar pessoal também ocorrem com o auxílio da eletricidade, com escovas elétricas, duchas eletrizadas e até aparelhos de ginástica — tudo isso deveria ter sido usado já em 1930 e 1940.

A distância deixou de ser motivo para adiar encontros. Visitas agora podem ser feitas do conforto de uma residência à outra, através da televisão. Conseguem também compartilhar sabores e odores, tudo à distância. Questões de propriedade e heranças são igualmente resolvidas por vídeo; a validação dos contratos é dependente de gravações que atestam a negociação ou para quem a herança é deixada, e tudo é reproduzido por máquinas falantes na presença de juízes.

O cinema brasileiro superou o de qualquer outro país, mantendo-se fiel ao gigantismo do povo e do território brasileiro. Ajudou a difundir a beleza do país, cuidadosamente trabalhada pelas artistas brasileiras, por engenheiras civis — área totalmente dominada por mulheres —, que magistralmente sabiam aproveitar a beleza natural do país. Estrangeiras convidadas a conhecer e estudar o país se maravilhavam a cada passo que davam, mal conseguindo conceber o quão avançado e impecável o país é. A cidade brasileira, independente da situação, era sempre linda, alegre e dinâmica; nada faltava e nenhum detalhe era deixado de lado; tornou-se um exemplo sanitário e paisagista.

A composição racial do povo Brasileiro é também explicada rapidamente quando uma visitante levanta a dúvida:

Diziam que os brasileiros se cruzavam com negros de origem africana e que no Brasil haviam mais pretos que brancos, no entanto não vejo nenhum preto, nem sequer um carapinha, nem um mulato, nem um mestiço. Só criaturas claras e formosas. Que é?

— Fizemos uma grande justiça. [...] recambiando os pretos até a 20ª geração, já branca, à pátria de origem. [...] Devolvemos todos para a África. Foi um empréstimo que pagamos com juros altos. Recebemos selvagens e mandamos para lá pretos que eram poetas, jornalistas, militares, aviadores, professores, oradores, advogados, médicos, violinistas, musicistas, milionários, artistas de todo gênero, etc.

— Que acabarão por lá trepados pelas árvores, comendo carne crua e dançando o jongo.

— Talvez sim e talvez não.

— E os portugueses?

— Muitos se abalaram também para a África. (BITTENCOURT, 1996, p. 194).

A chegada a essa prosperidade custou vidas, porém. As severas leis criadas por mulheres, que prezavam pelo bem do Brasil e da raça, iam contra os interesses de muitos, o que levou ao sacrifício e assassinato de muitas legisladoras. Uma das leis que bem representa isso foi a lei de fechamento das casas de *rendez-vous*; os prostíbulos foram fechados e os estrangeiros que se aproveitavam das brasileiras expulsos; os poucos brasileiros que exploravam essas mulheres eram condenados a trabalho forçado e perpétuo. O ato foi visto pelas legisladoras, heroínas, como uma forma de salvar as filhas, esposas e mães brasileiras, expurgando a miséria moral da família e denunciando governantes corruptos e abusadores.

Todo tipo de entorpecente foi proibido, e os que fossem pegos comercializando algo eram condenados à cadeira elétrica; viciados, por outro lado, eram condenados a trabalho forçado. Para controlar o álcool e o fumo foram aplicadas multas e impostos severos, financeiramente insustentáveis. O álcool, gerador de crimes e tristeza, e o fumo, gerador de doentes, deixaram gradativamente de ser consumidos, e deixaram de ser um problema para o país. A raça brasileira foi se refinando, aperfeiçoando e embelezando.

Leis foram criadas para defender a fauna e a flora brasileiras. A imprensa foi reformada, e as notícias de crimes deixaram de ser espetáculos. Os jornais mais consumidos eram os falados, que exibiam crônicas sobre a vida brasileira.

A moda foi reconhecida como limitadora e libertadora. Repensou-se a vestimenta feminina, questionando o excesso de tecidos e botões, para deixá-la mais rápida, ágil e confortável — a mulher agora tinha tempo para trabalhar por si e por seu país. O homem, por outro lado, mudou apenas suas ceroulas.

Pobre homens! E dizer-se que o mundo andou tantos séculos nas mãos desses conservadores! Foi por isso que o mundo, até a entrada das mulheres na política, andava numa anarquia terrível: crises, revoluções, guerras e tantos outros males. (BITTENCOURT, 1996, p. 200).

As escolas, em 2500, não tinham professores, apenas examinadores que vinham mensalmente registrar o progresso dos estudantes. Aproveitavam-se do avanço moral e tecnológico do cinema e do rádio para que as aulas fossem proferidas por rádio em todo o país. A escola se tornou atraente, e todos aprendiam, erradicando assim o analfabetismo e tornando cada cidadão um culto, um leitor.

O Brasil deixou de ser visto internacionalmente como uma selva, e era agora referência mundial em todo e qualquer aspecto. Imagens do brasileiro como um selvagem, um índio, foram proibidos por uma legisladora, que fez com que apenas a modernização brasileira fosse propagandeada para o estrangeiro.

Em 2001, a raça brasileira já estava definida. Dos três aos quinze anos a criança pertencia ao estado e vivia na Casa Nacional da Criança, uma grande cidade-internato que garantia a melhor formação, física e intelectual, da criança apta para ser uma cidadã brasileira. A criança era, então, a nova prioridade do país.

O alto nível de esterilizações, para evitar a procriação de genes defeituosos ou indesejados, fez com que muitos brasileiros não pudessem gerar filhos. Para garantir que todos tivessem a felicidade de ter filhos, foi criado no ano de 2.222 o “Palácio das Princesas do Brasil”: um instituto governamental que selecionava as melhores brasileiras, as que representavam o melhor da raça e gerariam assim as mais puras e eugênicas crianças, para serem as esposas do Brasil. Toda moça que tivesse atingido pontuação máxima em aparência física e intelectualidade, enquanto alunas da Casa Nacional da Criança, recebia regalias e títulos de nobreza. Teria sua educação complementada e viveria tal qual uma princesa real no “Palácio das Princesas do Brasil”, com direito a damas de honra e o melhor da arte e da cultura a sua disposição. Num dia específico dos anos, em um baile, os mais finos rapazes da sociedade tinham a oportunidade de conhecer e, caso fossem benquistos, envolver-se com uma das princesas. Um casamento temporário era realizado para que pudessem se relacionar e ter filhos; essas crianças, fruto da boa relação entre as melhores e os melhores do país, podiam ser adotadas por casais que por qualquer motivo não podiam ter filhos. Essa criança de sangue azul recebia o título vitalício de realeza brasileira.

A honra se repetia enquanto a saúde da Princesa permitisse. Em casos em que a Princesa e seu escolhido desenvolvessem um grande e sincero amor e desejassem, assim, criar a criança que geraram, a Princesa perdia seu título e regalias pela honra e felicidade de criar seu próprio *príncipe*. Todo o processo era comemorado por todo o país.

A presidente de 2.500, Mariângela Albuquerque, é filha da mais formosa Princesa e de um oficial do exército brasileiro. Foi adotada pelo Presidente do Estado e ainda jovem se viu interessada pela política ao perceber os erros do governo do próprio pai, ao qual critica de forma audaciosa e corajosa. Antes de chegar à presidência foi deputada, apoiada até pela oposição. Enquanto atuante política, não há registro de falhas ou problemas: seu governo parece ser perfeito, seja visto pelos brasileiros ou pelos estrangeiros.

Em 2505, na exposição do maior artista do mundo, Jorge, se viu apaixonada pelo artista que conheceu através das obras. Em contato por cartas, ele descobriu que o sentimento era recíproco: Mariângela era a musa inspiradora de Jorge, e o amor entre eles era mútuo. Nunca haviam se encontrado.

Apesar disso, Jorge nunca ia aos encontros que marcava com Mariângela. A mágoa e ressentimento fizeram com que Mariângela usasse sua posição para ordenar à polícia que lhe trouxessem o pintor, sem sucesso, por três meses. Quando o encontraram, Mariângela pôde sentir na pele o que de fato *Dura lex sed lex* significava: Jorge não tinha mais que 90cm e tinha uma corcunda enorme nas costas.

Como presidente, e em choque, cumprimentou e despediu-se de Jorge para, logo em seguida, assinar os decretos que condenavam à morte ele e sua mãe, que por 30 anos havia vivido reclusa com o filho. “Ocultou o rosto no côncavo das mãos e pôs-se a chorar. Era mulher” (BITTENCOURT, 1996, p. 211-212). Assim, a obra é concluída.

## 2 Análise

Como anotado no início deste artigo, Bittencourt deixa em aberto o gênero literário de seu texto. *Sua Excia. a Presidente da República no anno de 2.500* é declarado uma utopia feminista por representar um Brasil *salvo* pelo feminismo, em um longo processo político que levou o brasileiro a uma posição quase sobre-humana no mundo. Um país salvo pelo sacrifício de mulheres, inegáveis e orgulhosamente, eugenistas.

O texto foi visto por Smaniotto (2015) como um meio de caminho entre a literatura e o panfletarismo político-social, como uma proposta pedagógica que é acima de tudo política; por isso, ele argumenta, Bittencourt não apresentou o texto como ficção científica. Smaniotto dá a entender que o gênero literário é irrelevante frente às denúncias, reivindicações e posições presentes no livro. De forma semelhante, Ramos (2002) coloca a obra como um reflexo do Modernismo brasileiro, com intenso agenciamento social na busca por uma identidade nacional que leve o Brasil à posição de destaque que, acreditava-se, lhe é merecido. O questionamento de diversas normas sociais baseadas em gênero toma a frente na crítica de Bittencourt e é recheada — para não dizer incentivada — pelo sonho nacionalista de sua geração de escritores. Ambas as opiniões evidenciam a clara posição política da obra e como Bittencourt optou por mostrá-la: usando como base a ciência e, inevitavelmente, a ficção científica.

Os aspectos de ficção científica são evidentes e inegáveis: a sociedade desenvolveu ferramentas para voo individual e coletivo, habitou o céu, o subsolo e o mar, e itens de comunicação televisivos — tecnologias que faziam parte, segundo Ramos (2002), do imaginário social de prosperidade e que, sabemos, só viriam se tornar realidade décadas depois. Quilan e Sharpe destacam a antecipação tecnológica de Bittencourt, esta que pode ter se aproveitado de alguns protótipos já existentes na década de 1920.

Futurista, a preocupação de Bittencourt também se voltava pesadamente para o caráter físico da população: os brasileiros vivem entre 130 e 180 anos, tem entre 1,80m e 2,30m de altura, sua saúde é perfeita ao ponto de que a medicina é uma área desvalorizada — uma descrição de ideal físico em consonância com o fascismo em alta na Europa dos anos 1920 e 1930 — e a cultura artística é acessível até para o mais isolado camponês. Os avanços sanitários, porém, não foram alcançados necessariamente como desenvolver da ciência: a primeira grande legisladora citada na obra — não nomeada, recordo — aplicou uma política higienista de extermínio de corpos não-saudáveis: os leprosos eram condenados à morte e, sem muita demora, estabelece-se a lei que também condenava a morte recém-nascidos deficientes.

É perceptível, já no início da obra, que a metodologia político-sanitária defendida pelo “feminismo que salvou o país” é inteiramente eugenista, como toda a obra se mostra. Não só sujeitos com certas doenças são condenados à morte, esta geralmente posta como humanizada por ser indolor, mas a esterilização compulsória é uma política constantemente trazida à tona no decorrer do texto. Qualquer corpo que carregasse genes eugenicamente não saudáveis era esterilizado, porque “o que seria o filho de um tuberculoso? De um fraco? O Brasileiro é que não seria.

Os noivos esterilizados não deixavam descendentes tarados”<sup>6</sup> (BITTENCOURT, 1996, p. 169). Pretendia-se evitar não apenas o tuberculoso, fica claro, mas também qualquer possibilidade de doença genética, de caráter físico ou intelectual, que se acreditava poder enfraquecer a população.

A problemática referente à eugenia é que conforme a teoria pioneira que subsidia essa prática existe um grupo de indivíduos considerado superior a outros. Os indivíduos superiores têm suas características genéticas perpetuadas, já os inferiores devem ser de alguma forma impossibilitados de transcender a sua herança genética para as gerações futuras. (SANTOS *et al.*, 2014, p. 982).

A obra encaixa-se na preocupação da elite da época com o estado de saúde da população brasileira; o alto nível de analfabetismo, desemprego e doenças levou esse grupo elitizado a pensar como ‘curar’ o país. O livro segue o sonho social e a crença na ciência da geração de escritores de 1920 e 1930, em coro com nomes como Oliveira Viana, Nina Rodrigues, Renato Kehl, Monteiro Lobato e outros escritores abertamente eugenistas — Renato Kehl foi o principal nome ‘científico’ do eugenismo brasileiro, fortemente apoiado por Monteiro Lobato, seu amigo íntimo — que, associados ao movimento modernista brasileiro, procuravam pensar alternativas higiênicas para tornar o Brasil o país que eles acreditavam que podia ser (RAMOS, 2002).

Para alcançar esse sonho, as legisladoras criadas por Bittencourt aplicam políticas de eugenia positiva, em que o Estado incentiva a ‘boa reprodução’ — física, intelectual e racial — na população e, de forma igualmente intensa, políticas de eugenia negativa, em que o Estado age, de forma invasiva e autoritária, para limitar a ‘má reprodução’ entre os que vivem no país, sejam considerados cidadãos ou não (SOUZA; CARVALHO, 2021).

Um exemplo de política de eugenia negativa é a esterilização compulsória, parte fundamental da política de *Sua Excia*. Projetos de lei para a aplicação efetiva do procedimento foram discutidos no Brasil nos anos 1920 e 1930, frente à intensa imigração de asiáticos, árabes e judeus, vistos como indesejáveis e imorais (SOUZA; CARVALHO, 2021; DIWAN, 2007; STEPAN; GARCHET, 2005). Apesar de nenhuma lei ter sido aprovada, a discussão no Brasil existia graças à efetivação de leis desse tipo em outros países: a esterilização foi aprovada<sup>7</sup> nos EUA em 1907, no México em 1932, na Suíça em 1928, na Dinamarca em 1929, na Alemanha em 1933 e na Escandinávia em 1935 (DIWAN, 2007).

Enquanto na Europa o medo da degeneração social se intensificava, no Brasil a esperança do estabelecimento de uma identidade nacional a partir da definição da raça brasileira crescia apaixonadamente. A elite brasileira passou a acreditar que, com os estudos e as políticas corretas, o Brasil poderia deixar de ser um país decadente. Essa decadência era amplamente identificada por essa mesma elite, como bem apontado por Stepan (2004, p. 336):

A eugenia surgiu no Brasil como resposta a prementes questões nacionais às quais os brasileiros se referiam em 1920 como ‘a questão social’: as aterrorizantes miséria e falta de saúde da população trabalhadora, em grande parte negra e mulata<sup>8</sup> [...] Pobreza, migração, imigração e desemprego abriram caminho para um período de radicalização política, protestos, greves e interrupções de trabalho que culminaram em uma gigantesca greve em 1917.

---

6. Aqui no sentido de defeituoso, mentalmente desequilibrado.

7. Com características próprias em cada país, visto, por exemplo, como evidência Diwan: “A lei de esterilização alemã se mostrou menos dura do que a norte-americana, pois, ao contrário das leis dos Estados Unidos, não visava a criminalidade, mas somente doenças de caráter hereditário” (DIWAN, 2007, p. 68). O objetivo com a lei da esterilização, então, variava de país para país.

8. Ex-escravizados largados à deriva, alta imigração europeia e intensa industrialização e modernização nos grandes centros.

Isso não quer dizer, porém, que ser eugenista é automaticamente apoiar o genocídio. Diversos institutos eugenistas discordavam da política alemã em voga na época. Depois do Holocausto, teóricos e instituições eugenistas esconderam-se, mudando de nome ou limitando suas atividades pelo estigma deixado sob a eugenia por Hitler<sup>9</sup> — um estigma que, claro, não engloba o genocídio do povo negro, visto que

[...] apesar de posições teóricas, às vezes, divergentes quanto à formulação para a questão racial, há em comum entre eles o sonho do Brasil moderno através da criação do fenótipo branco e do ‘caráter’ nacional, de cariz ocidental. O problema nacional fora, portanto, formulado na perspectiva racial, o que não é, porém, muito estranho, pois até pouco antes da Segunda Grande Guerra, em todo o mundo ocidental, era dinâmico e prolífero o debate nacionalista associado ao racismo. (RAMOS, 2002, p. 19).

Isso fica evidente também em *Sua Excia.*, que “faz grande justiça” e “devolve” o povo negro à África — não há aqui uma definição de quando isso aconteceu, visto que Bittencourt fornece pouquíssimas datas. Este ponto me é particularmente interessante, porque o interpreto como um ato deliberado de desconsideração do que alguns pensadores brasileiros, negros ou não, ex-escravizados ou não, advogavam nos anos 1920 e 1930. Segundo Alberto (2017), os negros brasileiros eram vistos como estrangeiros, apesar de brasileiros, e expunham sua indignação com isso em eventos e periódicos auto-organizados; escreviam e publicavam sobre isso, procurando discutir o tema não só com os brancos, mas também com os sujeitos negros que viam como um mau exemplo de raça. Intelectuais negros da época evidenciavam a miséria do povo negro que, apesar de querer, não conseguia empregos, e por não conseguir emprego tornava-se um pária da nação. Esses intelectuais assumiram uma forte posição política e discursiva de que *não* eram africanos, mas sim superiores a eles, civilizados tais quais os brasileiros que eram:

A ideia de que os ‘pretos’ brasileiros eram ‘estrangeiros’ ligava as teorias e as atitudes raciais abstratas evidenciadas nos debates sobre imigração às experiências cotidianas de discriminação racial dos escritores em uma cidade marcada pela imigração europeia. E sugeria uma conexão direta entre a origem africana e uma exclusão da cidadania [...]. (ALBERTO, 2017, p. 80).

Esses mesmos intelectuais negros viam a miscigenação racial brasileira como algo extremamente positivo, e a relação entre brancos e negros como fraterna, e não violenta como a norte-americana (ALBERTO, 2017). Havia, por parte deles, um desejo forte de integração para definir a identidade brasileira como, também, negra, e havia a exigência de que isso fosse feito dando mais oportunidades sociais e profissionais para os desempregados, que a partir disso poderiam se concretizar como *bons negros*. Isso entra também em choque com a ideia de mendicância trazida em *Sua Excia.*, que apresenta a pobreza e a miséria como opções de vida, e não formas de sobrevivência em um sistema fatalmente desigual. De forma semelhante, Bittencourt reforça que o acesso à educação e cultura em sua sociedade é aberto a qualquer um, mesmo *o mais rude trabalhador* — ela não considera aqui o negro, ao qual o trabalho e a educação eram negados, então suponho que se refira aos imigrantes europeus, já com comunidades estabelecidas no Brasil — perpetuando a divisão social hierárquica estabelecida pela divisão de classe que separa e diferencia grupos a partir de sua condição econômica.

---

9. Quinlan e Sharpe discorrem mais sobre o assunto nas notas de rodapé de *Sua Excia.*

Bittencourt parece não ter conhecimento ou deliberadamente ignorar esses fatos, mesmo que as discussões tenham tido repercussão nacional por causa das políticas de imigração da época.<sup>10</sup> Ela decide encerrar a questão do negro no Brasil de uma das formas mais fantasiosas possíveis: “devolvendo” todos os que tivessem sangue negro, e definindo ainda que estes “voltaram” para a África de bom grado. Essa posição está de acordo, porém, com o credo de alguns pensadores de que no Brasil deu-se um caso severo de promiscuidade racial, em que

a mestiçagem representava o atraso,<sup>11</sup> pois o progresso estava restrito a sociedades ‘puras’. A miscigenação seria, portanto, um fator antievolutivo, subvertendo as ideias do biólogo Charles Darwin. Para eles, a hibridização resultava sempre na permanência do gene mais fraco, menos apto e na potencialização dos defeitos e imperfeições, gerações após gerações. (DIWAN, 2007, p. 89).

O livro traz à tona uma discussão que dividia os pensadores da época. Parte deles via a miscigenação racial com bons olhos, principalmente considerando o contexto de formação do Brasil (e da América Latina); outros viam a miscigenação como um fator de degeneração racial. O objetivo final de ambos, porém, era o mesmo: extinguir, rápida ou gradativamente, a “raça” negra. A eugenia brasileira foi assim mascarada no mito da democracia racial e, em apoio com as estratégias de integração racial, estabeleceu o racismo como definido por Lélia Gonzales: *por denegação*.

E é na chamada América Latina (muito mais ameríndio-amef리카na do que outra coisa) que essa denegação se torna amplamente verificável. Como sistema de dominação muito bem estruturado, o racismo na região demonstra sua eficácia ao veicular noções como as de ‘integração’, ‘democracia racial’, ‘mestiçagem’ etc. (GONZALEZ, 1988, p. 72).

Havia ressalvas referente à posição do indígena, o ‘bom selvagem’, tido como ser ingênuo e não, como o caso do negro, degenerado. Bittencourt, porém, rejeita a ideia de associar a identidade brasileira ao indígena, excluindo-o da narrativa ainda mais rapidamente do que fez com os negros. Acompanhada dessa oposição à “vida selvagem” do indígena, a obra é carregada de preocupação com a flora brasileira; essa preocupação, porém, se mostra mais por motivos estéticos do que qualquer outra coisa. A beleza brasileira, em *Sua Excia.*, é associada à vasta diversidade natural pela qual o país é conhecido desde o descobrimento. A atenção à qualidade visual e estética da cidade é um tema que, infelizmente, não conseguirei explorar neste artigo. A preocupação com ele, porém, é significativa no decorrer da obra e nas discussões atuais sobre qualidade de vida, eficiência da cidade e integração entre urbanismo e natureza, e rapidamente apontada por Quilan e Sharpe nas notas de rodapé.

Neste sentido, *Sua Excia.* destaca-se por evitar lidar com a questão racial, algo atípico para o cenário brasileiro, principalmente se levarmos em conta *O Presidente Negro ou o Choque das Raças*, publicado por Monteiro Lobato em 1926. A urgência em aperfeiçoar e refinar a ‘raça brasileira’ segue os preceitos básicos da eugenia de correspondência entre hierarquia social e hierarquia racial, e havia urgência nas discussões latino-americanas, visto o alto número de imigrantes e

---

10. Que, neste caso, diziam respeito ao receio de certos grupos étnicos europeus estarem entrando no Brasil e como isso poderia prejudicar o embranquecimento brasileiro. Havia também o preconceito contra e entre negros e italianos, muito forte em Campinas, uma das cidades foco de estudo de Alberto (2017).

11. Monteiro Lobato criou o personagem Jeca Tatu para exemplificar o mau exemplo que era o sertanejo, preguiçoso e doente, um atraso para o desenvolvimento do país. Anos depois, porém, mudou sua visão: passou a dizer que o sertanejo, que aqui podemos ver como qualquer pobre miserável não-negro, não *era* doente; apenas estava assim pela falta de apoio e desenvolvimento governamental. Estabelece-se que o Brasil está doente e pode ser salvo pela mão de médicos e sanitaristas brasileiros.

negros (ex-escravizados ou não) que influenciavam na identidade nacional e internacional do país. Os intelectuais brancos da época acreditavam que

No Brasil, então, a ideia de um ‘processo civilizador’ expressou-se no ideal de ‘branqueamento’ da população, ancorado na crença de uma suposta superioridade do branco europeu’. No assim chamado ‘branqueamento’, através da miscigenação seria possível ‘branquear’ a população que, com o passar do tempo, chegaria ao fenótipo branco. Na ótica das elites pensantes nacionais, isso acabaria com as raças consideradas ‘inferiores’ e, assim, resolveria o ‘problema racial brasileiro’. (MACIEL, 1999, p. 127).

Bittencourt desconsidera o processo de embranquecimento quando “devolve” à África mesmo os descendentes de negros cuja pele era branca, ou seja, mesmo o que os pensadores da época consideravam eugenicamente positivo. Ela parece concordar com um dos lados mais radicais da ideologia, de que a miscigenação só é positiva se feita entre raças já eugenicamente perfeitas — como acreditava Kehl — e que a criminalidade, a perversão, a desonra e a doença eram hereditariamente transmitidas — como diversos médicos tentavam provar, sendo Cesare Lombroso um dos que se destacavam no tema.

*Sua Excia.* É um projeto de criação do povo brasileiro a partir da definição de uma identidade baseada no tripé saúde-força-beleza, tentando simultaneamente desvencilhar-se do passado colonial e das influências externas, algo típico do modernismo verde-amarelista, de intensas e inegáveis premissas fascistas (RAMOS, 2002). Isso fica evidente na constante nomeação das crianças como “brasileirinhos/brasileirinhas”, insistindo em já estabelecer a orgulhosa identidade nos que seriam o futuro do país. Assim como esse mesmo modernismo, *Sua Excia.* Falha em concretizar a ruptura com seu passado colonial, ao manter não só a estrutura política — Mariângela é a primeira mulher chefe de Estado da obra — e social — a existência de “Princesas”, “esposas do Brasil”, todas ‘de sangue azul’ — mas também familiar. É sobre a mulher que recai toda a responsabilidade de criar os filhos, pois a obra a coloca como a única que entende a seriedade de criar uma criança.

Esse aspecto em particular, da criança como prioridade máxima da nação e a maternidade como um agenciamento político e, de certo modo, uma religião, é também um destaque em outras duas utopias feministas, também escritas por mulheres: *Herland: Terra das Mulheres*,<sup>12</sup> publicado em 1915 nos EUA, e *O País das Mulheres*,<sup>13</sup> publicado em 2010, na Nicarágua. Não poderei me estender aqui nessa relação que proponho, mas deixo a provocação: de forma diferente as três obras trazem sociedades que prosperaram no momento em que mulheres tomaram o poder, e nas três obras a participação masculina, tanto na vida privada quanto na política, é vista de forma semelhante à birra de uma criança egoísta, ignorante e ingênua. O homem não é necessariamente infantilizado, mas suas ações e opiniões mostram-se tão falhas e frágeis quanto seu ego masculino: “Pobre homens! E dizer-se que o mundo andou tantos séculos nas mãos desses conservadores! Foi por isso que o mundo, até a entrada das mulheres na política, andava numa anarquia terrível: crises, revoluções, guerras e tantos outros males” (BITTENCOURT, 1996, p. 200). Ainda sobre maternidade, Bittencourt parece seguir o ideal da ‘mãe civilizadora’, em que “procurava-se dignificar e politizar a maternidade, considerando-se que o que estava em jogo era a formação do novo homem da sociedade libertária para as anarquistas, ou a formação da pátria para as outras” (RAMOS, 2002, p. 24). A obra aproveita-se desse ideal para questionar a posição

12. De Charlotte Perkins Gilman, publicado no Brasil em 2018 pela editora Rosa dos Tempos e em 2019 pela editora Via Leitura

13. De Gioconda Belli, publicado no Brasil em 2011 pela editora Versus.

masculina na sociedade — visto que não é citado o papel do *pai* na criação dos filhos e é repetida a posição de submissão e cuidado da mulher-mãe — reafirmando que o direito político da mulher que, nesse imaginário, continua a ser primariamente mãe. A obra, que se encaixa muito bem na primeira onda do feminismo brasileiro, segue perfeitamente o credo de que para a mulher é natural, mesmo que com sacrifícios, ser a esposa/mãe/dona-de-casa/trabalhadora perfeita, instruída, politizada e, ainda assim, “bela, recatada e do lar”. Não há discussões sobre a sexualidade da mulher, mas o fato de as Princesas terem a liberdade de escolher seus parceiros e se relacionar em um casamento temporário dá abertura a uma maior autonomia corporal da mulher.

A reprodução sempre foi objeto de grande atenção do movimento eugenista, tida não como uma atividade individual ou resultado da sexualidade, mas como uma responsabilidade coletiva em que os indivíduos eram responsáveis pela boa ou má hereditariedade (CARLOS; FRANZOLIN; ALVIM, 2020). Era também um dos poucos tópicos de que as mulheres conseguiam participar, presas à ideia da “igualdade de direitos a partir da diferença” (VÁZQUEZ, 2012). Houve tentativas em eventos eugenistas, por parte de mulheres, de fazer falas e apresentar reivindicações voltadas à desigualdade de gênero, mas essas investidas sempre foram rapidamente ignoradas, inclusive por mulheres do movimento. Apesar do discurso de que a mulher era o principal sujeito da melhoria racial por ser ela a gestora das próximas gerações, da “nova raça”, pouco aceitava sua voz quanto ao assunto. A forma com que mulheres conseguiram se inserir no meio foi pela reafirmação da importância da *mãe*, neste caso indissociável do sujeito mulher — falar sobre a mulher era necessariamente falar sobre reprodução humana; não há registros de discussões de *desigualdade de gênero* quanto binário homem-mulher, apenas sobre a importância do papel de cada gênero. A discussões que falavam sobre a mulher, então, não eram referentes a ela enquanto sujeito político, mas ao trabalho que ela deveria cumprir para deixar seu *corpo*<sup>14</sup> o mais saudável possível para a gestação. Em um dos vários eventos eugênicos organizados na época,

Entre os trabalhos apresentados, dois deles preocupavam-se com o feminismo, ou seja, com as mudanças que ocorriam quanto ao tradicional papel feminino. Uma das teses foi apresentada como sendo ‘uma advertência ao perigo que ameaça a raça com o feminismo’, porém, não foi apenas contestada como também não foi levada à votação. Com as ideias feministas surgiu um problema para os propagandistas das ideias eugênicas, pois para esses, as mulheres eram importantes como procriadoras e, portanto, responsáveis pela ‘nova raça’. Não por acaso, grande parte das discussões e dos trabalhos referia-se ao casamento e à procriação (o que, para os participantes do congresso, eram inseparáveis), tratando desde a idade e a saúde dos cônjuges até a aplicação de testes para habilitar casais ao casamento e à procriação. (MACIEL, 1999, p. 136).

As políticas reprodutivas da obra, apesar da aparente autonomia de mulher apta a gerar — as Princesas —, encaixam-se facilmente nos preceitos estabelecidos por Renato Kehl. Tal como Kehl, *Sua Excia.* traz uma animalização da reprodução humana, ao compará-la e basear-se nas técnicas de reprodução agricultoras e zootécnicas. A obra segue, a sua própria forma, a lista de meios pelos quais, segundo Kehl, seria possível alcançar a melhoria racial.

1. Registro do *pedigree* das famílias;
2. Segregação dos deficientes criminais;
3. Esterilização dos anormais e criminosos;

---

14. Para saber mais, conferir GOELLNER, Silvana Vilodre, “As mulheres fortes são aquelas que fazem uma raça forte”: esporte, eugenia e nacionalismo no Brasil no início do século XX, *Recorde: Revista de História do Esporte*, v. 1, n. 1, 2008.

4. Neo-maltusianismo com os processos artificiais para evitar a concepção em casos especiais de doença ou miséria (controle do nascimento);
5. Regulamentação eugênica do casamento e exame médico pré-nupcial obrigatório;
6. Educação eugênica obrigatória nas escolas secundárias e superiores;
7. Propaganda popular de conceitos e preceitos eugênicos;
8. Luta contra os fatores disgenizantes por iniciativa privada e pelas organizações oficiais;
9. Testes mentais das crianças entre 8 e 14 anos;
10. Regulamentação da situação dos filhos ilegítimos;
11. Estabelecimento de cuidados pré-natais das gestantes e pensões para mulheres pobres;
12. Regulamentação da imigração sobre a base da superioridade média dos habitantes do país, estabelecida por testes mentais;
13. Estabelecimento dos defeitos hereditários disgenéticos que impedem o matrimônio e os que pode servir de base a pleiteação de divórcio. (KEHL, 1929, p. 202-203 apud MACIEL, 1999, p. 130).

Fica claro aqui que o suposto cientificismo eugenista, teoricamente construído por médicos, filósofos, sanitaristas, escritores, advogados, políticos,<sup>15</sup> não tinha por objetivo a forma pura de progresso científico, mas uma redefinição do conceito de cidadania e reafirmação dos papéis de gênero na sociedade com forte influência católica, algo fortemente presente em *Sua Excia*.

A intenção da eugenia no Brasil foi extirpar toda e qualquer atitude ou comportamento que representasse igualdade entre os sexos, recolocando as velhas noções de maternidade e paternidade, de feminilidade e masculinidade. As discussões em torno do corpo, gênero e natalidade intensificaram um discurso masculinista que reatualizava visões do Cristianismo na medida em que estabelecia laços entre a dignidade espiritual, o sentido de beleza e limpeza corporal e a conduta moral, especialmente a sexual. (VÁZQUEZ, 2012, p. 61).

A construção conservadora do feminismo da obra convém com o apresentado por Stepan (2005) de que o feminismo era visto no Brasil como ideais estrangeiros e, por isso, não bem-vindos. Como na obra, o catolicismo teve forte influência na tentativa de definição da identidade brasileira, e enquanto tal, o controle dos corpos femininos. As diferenças entre o feminismo brasileiro e os outros feminismos presentes na América Latina é astutamente apresentada por Vázquez, mas fica perceptível em *Sua Excia*. que Bittencourt era consciente das diferenças políticas feministas do continente, tanto que ela mesma se mostra contrária ao conservadorismo do movimento eugenista brasileiro e dos limites do papel da mulher em sociedade, apesar de ainda mostrar-se firme na ideia de que o principal papel da mulher em sociedade é ser mãe e ser seletiva a quais feminismos direciona sua crítica no decorrer do livro.

O feminismo, o nosso verdadeiro feminismo, é esse. Feminismo brasileiro. Não feminismo importado. Feminismo latino. É colocar a mulher no seu lugar. Levar-lhe aí os seus direitos, pois que ela deve intervir positivamente nos assuntos políticos, nas finanças, nos negócios, a fim de garantir com mais eficiência o esteio forte da família e do lar. Ela sabe ensinar aos filhos o caminho reto do dever, a aplicação de patrimônios, a honestidade e a justiça... (BITTENCOURT, 1996, p. 176).

---

15. Para entender os profissionais que compunham o grupo teórico eugênico brasileiro e internacional, ver Stepan (2005, 2004), Maciel (1999), Ramos (2002), Diwan (2007) e Quilan e Sharpe (1996).

O primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia (CBE) aconteceu em julho de 1929. Alguns dos temas debatidos foram: controle de casamentos pelo exame pré-nupcial, educação eugênica, proteção à nacionalidade, imigração, doenças mentais e educação sexual — todos eles encontrados muito claramente no texto de Bittencourt.

Um dos tópicos discutidos referiu-se à educação específica em maternidade que devia ser direcionada para as mulheres, inevitavelmente futuras mães, visto que eram consideradas as únicas responsáveis pela saúde — e por sua vez, pela morte prematura — das crianças brasileiras. A Escola de Pequenas Mães proposta por Castro Barreto se assemelha muito à Escola de Mães de Bittencourt — a diferença é apenas a idade que cada programa impunha: para Barreto as meninas entre 12 e 14 anos deviam participar do curso, enquanto na obra de Bittencourt a escola era direcionada para noivas.

Como a Escola de Mães para as noivas, outro pré-requisito para o casamento e, compulsoriamente, a gravidez, era o exame pré-nupcial. No universo bittencouriano, noivo e noiva devem fazer o exame por um médico autorizado antes do casamento, e caso alguma doença seja identificada, esterilizados. O exame pré-nupcial foi amplamente discutido pelo movimento eugenista, proposto mais abertamente por Kehl em 1918 (CARLOS; FRANZOLIN; ALVIM, 2020; STEPAN, 2005), em concordância com outros médicos, que viam o exame como um impedimento de que prejuízos hereditários se perpetuassem na população, evitando assim a má descendência.

### 3 Conclusão

Não há registros da participação de Bittencourt no movimento feminista da época ou nos encontros eugenistas brasileiros (ou internacionais, dos anos seguintes), mas é inegável que ela era consciente do movimento e fez leituras sobre os temas que apresenta na obra. Há tantos nomes de personalidades políticas e ativistas que este é, acredito, um dos principais fatores que dificulta o texto ser lido como romance, ensaio ou panfletismo: a dificuldade de dividir o Brasil ‘real’ do Brasil dos sonhos de Bittencourt. Acredito que ela acompanhou à distância, como estudiosa, o desenvolvimento teórico da área e aplicou sua própria visão crítica enquanto mulher, feminista, escritora e bacharel em Direito.

*Sua Excia. a Presente da República no anno 2.500* não promove abertamente a intolerância, nem estabelece que esse é um direito, mas institucionaliza e naturaliza a inferioridade e superioridade entre sujeitos, *denegando* a ideia de preconceito, mas reafirmando que certos *tipos* de inferioridade deveriam ser extintos, evitados e/ou distanciados — como fica muito claro na xenofobia presente no romance e como se faz presente em outras obras de autores eugenistas.

Há também o aspecto visionário da obra. Além do desenvolvimento tecnológico futurista e, sabemos, parcialmente concretizado hoje, diversos projetos políticos e sociais presentes na obra foram aplicados no país posteriormente à publicação do livro. Já em 1930 Bittencourt estabelece, no Rio de Janeiro, uma casa para menores abandonados; as discussões de esterilização compulsória ganharam força nos anos 1930 frente à crescente chegada de imigrantes, mas com forte resistência da Igreja Católica brasileira e, muito por isso, não chegaram a ser institucionalizadas; o exame pré-nupcial, constituído por uma avaliação médica da saúde mental e física dos noivos, foi efetivada na Constituição Brasileira de 1934, da Era Vargas, mas sua aplicação e obrigatoriedade não chegou a ser aplicada graças às dificuldades financeiras e geográficas do país (CARLOS; FRANZOLIN; ALVIM, 2020).

Pouco se fala também sobre as guerras e revoluções vivenciadas pelo país. É afirmado que houve uma guerra civil, e que houve revolta contra a proibição de tóxicos e entorpecentes, e que ambas foram sangrentas — e sabe-se que o militarismo brasileiro se tornou o mais poderoso do mundo —, tanto por parte do governo quanto por parte dos que protestavam contra as medidas (BITTENCOURT, 1996, p. 197). Tão rápido quanto os fatos são citados, são deixados de lado, indicando um apagamento e isolamento autoritário dos que se opunham às decisões governamentais; essas decisões, como são sempre para o bem do país, não devem ser discutidas, e a oposição não deve ser lembrada para que não haja novas revoluções. Esse Brasil de Bittencourt tem a lei como obrigação máxima e indiscutível.

A falta de datação dos acontecimentos, porém, dificulta entender a ordem dos acontecimentos dessa nação dos sonhos. Não se sabe exatamente quando algumas medidas foram adotadas, se há relação direta entre elas ou qual foi a opinião pública referente a diversas medidas. Há também um aspecto mágico em como as mulheres — as mães — uniram-se para espalhar a palavra de uma jovem com o *dom* de adivinhação, e a relação que faz ali com os apóstolos do catolicismo e com os bandeirantes, estes idealizados como heróis pelo Modernismo brasileiro e responsáveis pela sangrenta exploração e ocupação de uma considerável parte do território brasileiro. Esse aspecto fantasioso de Bittencourt, que abarca a ficção científica, é uma ferramenta usada em outras utopias feministas<sup>16</sup> e que merece ser mais detalhadamente analisada

Entende-se hoje que a eugenia como um todo, e por isso diversos aspectos de *Sua Excia.* são atos segregatórios de violência e preconceito que ferem o Estatuto Universal dos Direitos Humanos.<sup>17</sup> É importante lembrar que o que se entende por Direitos Humanos *hoje* não corresponde ao que se entendia nas primeiras décadas do século XX, muito menos ao que teóricos eugenistas aceitavam como humanidade. O movimento eugenista baseou-se em um conceito biológico de inferioridade e superioridade racial, criando e apoiando-se em uma pseudociência que se provou equivocada e falha (SANTOS *et al.*, 2014); a animalização da reprodução humana, esterilização compulsória, trabalho escravo ou condenação à morte como punição para criminosos, eutanásia de sujeitos deficientes e das mães que os escondessem, xenofobia e expulsão de negros e seus descendentes são algumas das leis do Brasil imaginado por Bittencourt condizentes com preceitos eugenistas e que inegavelmente ferem a dignidade humana. O conceito de humanidade e desumanidade é o parâmetro variável e naquele momento ainda em discussão.

Por fim, este artigo corresponde ao início de uma pesquisa sobre a eugenia feminista brasileira, tendo como ponto de partida a obra de Adalzir Bittencourt. Os levantamentos que fiz aqui ainda precisam ser mais explorados e analisados — como, por exemplo os concursos eugenistas, nos quais infelizmente não consegui me estender aqui —, visto a dimensão dos temas presentes na obra e na forma com que pensadores eugenistas influenciaram a constituição do Brasil como o temos hoje. Ficou perceptível, porém, diversas das bases eugenistas nas quais Bittencourt se apoiou para desenvolver seu texto e com quais delas a autora parecia concordar ou discordar, mostrando que o movimento era concentrado e poderoso, mas não livre de críticos. Este estudo evidencia também a eugenia, pouquíssimo estudada e fortemente presente do Modernismo brasileiro, questionando quem era considerado cidadão — ou além, humano — para os pensadores e escritores da época. Resta refletir, então, o que diferencia o pensamento modernista do pensamento contemporâneo.

---

16. Além de *Herland: a terra das mulheres* e *O País das mulheres*, que citei, é válido também pensar em *As Guerrilheiras*, de Monique Wittig, escrito em 1969 e publicado no Brasil em 2020 pela UBU Editora.

17. Texto adotado pela ONU em 10 de dezembro de 1948.

## Referências

- ALBERTO, Paulina. *Termos de Inclusão: intelectuais negros brasileiros no século XX*. Campinas: Editora UNICAMP, 2017.
- BITTENCOURT, Adalzira. Sua Excia. a Presidente da República no anno de 2.500. In: QUINLAN, Susan Canty; SHARPE, Peggy. *Visões do Passado, Previsões do Futuro: duas modernistas esquecidas*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Goiânia: Editora da UFG, 1996.
- CARLOS, Anderson Ricardo; FRANZOLIN, Fernanda; ALVIM, Márcia Helena. Problematizações das relações de gênero no primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia: status da mulher, determinação de sexo biológico e controle reprodutivo. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 3, p. 781-801, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/hj/hcsm/a/49mcL8ncQX-SBK7PcfNrVVhJ/?lang=pt>. Acesso em: 25 set. 2021.
- DIWAN, Pietra. *Raça pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo*. São Paulo: Editora Contexto, 2007.
- GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Revista Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun, 1988. Disponível em: <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-categoria-polc3adtico-cultural-de-amefricanidade-elia-gonzales1.pdf>. Acesso em: 27 set. 2021
- MACIEL, Maria Eunice de S. A Eugenia no Brasil. *Anos 90*, Porto Alegre, n. 11, p. 121-143, 1999. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/6545/3897>. Acesso em: 29 set. 2021
- QUINLAN, Susan Canty; SHARPE, Peggy. *Visões do Passado, Previsões do Futuro: duas modernistas esquecidas*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Goiânia: Editora da UFG, 1996.
- RAMOS, Maria Bernardete. Ao Brasil dos meus sonhos: feminismo e modernismo na utopia de Adalzira Bittencourt. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 11-37, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2002000100002>. Acesso em: 28 set. 2021.
- SANTOS, Vanessa Cruz *et al.* Eugenia vinculada a aspectos bioéticos: uma revisão integrativa. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 38, n. 103, 2014. p. 981-995. Disponível em: <http://www.gnresearch.org/doi/10.5935/0103-1104.20140084>. Acesso em: 22 jul. 2021.
- SMANIOTTO, Edgar Indalecio. Quando uma mulher for presidente: feminismo e eugenia na obra de Adalzira Bittencourt. In: SEMANA DA MULHER DA UNESP, 12., 2015, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: UNESP, 2015. Disponível em: [https://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2015/xiisemanadamulher11189/quando-uma-mulher-for\\_edgar-indalecio-smaniotto.pdf](https://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2015/xiisemanadamulher11189/quando-uma-mulher-for_edgar-indalecio-smaniotto.pdf). Acesso em: 27 set. 2021.
- STEPAN, Nancy. Eugenia no Brasil, 1917-1940. In: HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego (org). *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004. p. 330-391. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/7bzx4/pdf/hochman-9788575413111-11.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2021.
- STEPAN, Nancy; GARCHET, Paulo M. *A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de; CARVALHO, Leonardo Dallacqua de. Os genes indesejados: os debates sobre a esterilização eugênica no Brasil. *Café História*, Brasília: DF, 8 mar. 2021. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/esterilizacao-eugenica-no-brasil/>. Acesso em: 22 jul. 2021.

VÁZQUEZ, María Laura Osta. Feminismo, eugenia e maternalismo nos discursos de duas feministas sufragistas uruguaia e brasileira. *Fronteiras*, São Leopoldo, v. 14, n. 25, p. 55-68, set. 2012. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/1618/1505>. Acesso em: 23 jul. 2021.